

OS PERIGOS DO PARAÍSO: A VISÃO TRÁGICA DA NATUREZA BRASILEIRA NO SÉCULO XIX

Luis Fernando Tosta Barbato¹

Com a ruptura política do Brasil em relação à sua metrópole portuguesa, em 1822, sua fonte original de legitimação para os antigos domínios lusitanos na América foi de uma só vez suprimida. A partir desse momento, até meados do século XIX, o Brasil viveu um período de real perigo de fragmentação territorial uma vez que o centralismo político-administrativo impingido pela corte portuguesa não existia mais.

Com Dom Pedro I à frente da Casa de Bragança, houve a garantia de certa “continuidade na ruptura”. Pois apesar de independente, o Brasil ainda teria um português no governo, evitando assim uma mudança brusca no corpo político do novo país.

O governo de Dom Pedro I se mostrou bastante eficaz nos anos iniciais do Império. No plano externo, engajou-se na busca pelo reconhecimento diplomático da nova nação, diante da comunidade internacional. No ambiente da reação conservadora e legitimadora vigente na Europa do Congresso de Viena e da Santa Aliança, conseguiu que o Brasil, via mediação da Inglaterra, fosse reconhecido como país independente.

No plano interno, a Casa de Bragança serviu como uma espécie de escudo de proteção para as elites regionais dependentes da mão-de-obra escrava, haja visto que a proibição do tráfico negreiro no Atlântico e a crescente campanha pelo fim da escravidão, movida pela Inglaterra, eram já uma realidade. Assim sendo, essa questão exigia a intermediação de todo o corpo diplomático do Estado, já que tal problemática era extremamente desgastante para as heterogêneas oligarquias regionais, dispersas pelo vasto território brasileiro².

Se o primeiro governo imperial brasileiro se mostrou eficiente, no que diz respeito à questão da escravidão, por outro lado sua política não foi suficiente para as elites regionais brasileiras. Bastante centralizador, o Estado Imperial não permitia a participação destas nas decisões da política nacional, e, assim, não era capaz de contemplar seus diversos interesses e anseios.

Neste sentido, não se sentindo representadas dentro do próprio país, essas oligarquias começaram a conspirar contra a unidade política do Império, não raro, invocando a origem lusitana do Imperador e afirmando que o Brasil ainda estava atrelado aos interesses de Portugal³.

Essa situação de descontentamento das elites regionais se intensifica nos anos de 1830. Com a abdicação de Dom Pedro I, que retorna para Portugal e inicia uma intensa disputa dinástica pelo trono lusitano contra seu irmão Dom Miguel, tem-se início o Período Regencial (1831 – 1840), no qual o perigo de fragmentação territorial do Brasil se torna bastante efetivo⁴.

¹ Mestrando em História pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP.

² MAGNOLI, Demétrio. “O Estado em busca do seu território” In JANCSÓ, Istvan. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003. pp. 285-286

³ Idem, p. 286

⁴ A historiadora Maria Janotti registra a ocorrência de exatamente 20 movimentos provinciais entre 1831 e 1848, que atingiram quase todo o território nacional, o que comprova que os anos posteriores à independência foram críticos para a firmação do Estado Brasileiro. In JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *A Balaiada*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

Segundo Ariel Feldman, nos momentos iniciais do período regencial, o Brasil passa por um processo de nacionalização dos quadros dirigentes do Estado e a identidade brasileira é, assim, contraposta e polarizada à identidade lusitana, visto que a restauração do ex-imperador – mais do que nunca vinculado a grupos lusos – era um projeto altamente viável⁵.

Nos finais daquela década, com Dom Pedro I já falecido, e o perigo de restauração atenuado, foram as chamadas rebeliões regenciais que acentuaram a fragilidade política do novo país.

A Cabanagem no Pará (1835 – 1840), a Balaiada no Maranhão(1838 – 1841), a Sabinada na Bahia(1837 – 1838), e a Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul(1835 – 1845), em meio às manifestações de lusofobia ainda presentes e o fantasma da restauração portuguesa, mostraram que providências precisavam ser tomadas, ou logo o Brasil poderia seguir o exemplo da América espanhola e ser dividido em inúmeros Estados independentes.

Havia a saída militar para conter essa fragmentação, no entanto, essa não era a maneira mais efetiva e nem sempre seus resultados eram os esperados – a perda da Província da Cisplatina para separatistas uruguaios, em 1828, ainda estava muito viva na memória dos dirigentes do Estado. Por isso buscou-se uma outra forma de assegurar a unidade do país: a construção de uma identidade nacional brasileira⁶.

Segundo Hobsbawm, foram os nacionalismos que deram origem à formação dos Estados nacionais, ou seja, o sentimento nacional é anterior à nação como corpo político⁷. Nesse sentido, o Brasil estava no caminho inverso, com um Estado formado, mas sem uma nação própria.

O texto de José Carlos Reis retrata este período. Segundo ele, o Brasil estava fragilizado e necessitava de uma História que falasse das virtudes da jovem nação, que desse orgulho ao seu povo, e assim, confiança em relação ao seu futuro. Nesse momento, o Brasil não precisava de uma História que falasse das tensões e que mostrasse as debilidades do jovem país.⁸ Precisava-se com urgência construir uma identidade nacional brasileira. Mas essa identidade seria baseada em quais elementos?

Segundo Renato Ortiz, “toda identidade se define em relação a algo que lhe é exterior, ela é uma diferença”. Ou seja, era preciso que essa identidade fosse calcada em elementos próprios do Brasil, para mostrar que se tratava de uma nação realmente independente e singular, pronta para participar do “mundo civilizado”⁹.

Mas de quem o Brasil precisava se diferenciar? Para quem ele precisava provar que se tratava de um país singular e independente? E o que de peculiar o Brasil teria? Quais seriam os elementos que representavam a nação?

Neste período da História do Brasil, a Europa era a referência no que se tratava de modelo de civilização. E se o Brasil procurava galgar um lugar entre as “nações civilizadas”, era entre a Europa e seus descendentes do norte – em especial os EUA - que precisava se

⁵ FELDMAN, Ariel. “A construção do Estado e da Nação no Brasil: Identidades políticas e imprensa no período regencial (1831-1840)” In *Revista Anais* N° 2, 2006. p. 6

⁶ PAZ, Francisco de Moraes. *Na poética da História: a revitalização da Utopia Nacional Oitocentista*. Curitiba: UFPR, 1996. pp. 224-225.

⁷ HOBSBAWM, E. J. *Nações e nacionalismos desde 1870 – programa mito e realidade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990. pp. 17-19

⁸ REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varbagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. pp. 25-28

⁹ ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006. pp. 7-8

destacar. Deste modo, foi em relação ao que se acreditava que a Europa não teria, que o Brasil buscou se ater para se afirmar como nação, e nesse sentido, o mundo natural brasileiro ganha especial destaque.

Francisco Paz traz o exemplo de Ferdinand Denis, que ao valorizar a natureza tropical do Brasil, potencializa aquilo que a Europa não é ou não tem. Este viajante reconhece o europeu como símbolo da história sem natureza, e observa o índio brasileiro como o seu oposto direto, o representante da natureza sem história¹⁰.

Desta maneira, ter natureza sem ter história não era visto como algo positivo, mas acreditava-se na época que o Brasil ainda era uma nação jovem, que ainda não alcançara a maturidade dos países do norte. Pensavam os intelectuais brasileiros que essa situação se corrigiria com o tempo, era apenas algo transitório, já que o país passava por um processo de avanço intelectual no período, principalmente pelo advento dos museus, universidades, hortos, e demais institutos ligados à ciência¹¹.

Portanto, a Europa era o modelo a ser seguido, era o continente considerado mais avançado, e era em seu modelo de civilização que o Brasil deveria se espelhar. No entanto, para realmente conseguir um lugar entre as tidas “grandes nações”, não bastava apenas o Brasil apresentar-se como uma cópia da Europa, necessitava também mostrar que se tratava de uma nação original¹², detentora de elementos próprios que o caracterizavam, mas sem se distanciar do padrão europeu¹³.

Já sabemos o modelo do qual o Brasil precisava partilhar e ao mesmo tempo se distinguir. Entretanto, quais são os elementos originais e singulares que o Brasil necessitava para delimitar seu lugar entre as “grandes nações”? Na Europa, o romantismo recuperou o passado histórico representado pelo medieval, pelo gótico, como símbolos para a construção de seus ideários nacionais.

Todavia, no Brasil essa questão é um tanto mais complexa, já que não houve uma Idade Média, segundo o modelo romantizado europeu, a ser recuperada. Isso levou autores brasileiros – notadamente românticos - a construir uma Idade Média imaginária. Ou seja, no contexto em que se dá a origem da nação brasileira, o tempo e o cenário de sua narrativa são mitológicos¹⁴.

Exemplo desse caso encontramos na obra *O Guarani*, de José de Alencar, no qual, segundo Valéria de Marco, o rio Paquequer constitui um cenário que elide o tempo, passando, através das descrições do autor romântico, a imagem da natureza primordial plena e pura do Brasil, insinuando ainda, referências à época medieval¹⁵ européia¹⁶.

Nesse contexto, a natureza serve como enfoque para a construção de uma cultura marcadamente nacional, pois se tratava de um elemento tido como originalmente brasileiro.

¹⁰ PAZ, Francisco de Moraes. *Op. Cit.* p. 247

¹¹ Idem, pp. 236-148

¹² Como resumiu Naxara: “O desejo de pertencer simultaneamente a um e outro lado”. NAXARA, Márcia Regina Capelari. “Natureza e Civilização: Sensibilidades românticas e representações do Brasil no século XIX” In BRESCIANI, Stelle & NAXARA, Márcia(orgs.). *Memória e (re)Sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas.SP: Editora da Unicamp, 2001. p. 432

¹³ Nesse sentido, a frase de Paz nos é bastante esclarecedora sobre o intuito brasileiro: “Das singularidades do meio e da natureza emerge uma Europa diferente chamada Brasil” Idem, p. 253

¹⁴ Idem, p. 232

¹⁵ O trecho a seguir é um bom exemplo dessas referências medievais: “Dir-se-ia que, vassalo e tributário desse rei das águas, o pequeno rio, altivo e sobranceiro contra os rochedos, curva-se humildemente aos pés do suserano.”(grifos nossos). In ALENCAR, José de. *O Guarani*. Rio de Janeiro: Cia. Aguilar Editora, 1964. p. 31

¹⁶ MARCO, Valéria de. *A perda das ilusões: O romance histórico de José de Alencar*. Campinas-Sp: Editora da Unicamp, 1993. pp. 27-28

Segundo Paz, restava somente então configurar o caráter singular da natureza tropical como marca do valor nacional, e através do discurso histórico, transformar “tal tropicalidade como verdadeiro alimento do espírito de nacionalidade”, como diz abaixo:

A busca pelo elemento original brasileiro] Resulta na elaboração de uma verdadeira “historiografia tropical”, caracterizada pela busca da nação, pelo ideal de progresso e pelo entendimento da natureza como elemento definidor da unidade natural da Pátria, diante da falta de uma unidade cultural¹⁷.

Além disso, Paz afirma que enquanto a História prende-se às questões do devir, enfatizando as mudanças resultantes da marcha da civilização¹⁸, a literatura busca o ser e os valores permanentes, que promovem a natureza como expressão primeira da originalidade brasileira.

Portanto, notamos um engajamento especial dos literatos brasileiros nessa busca pela identidade nacional, que se mostra de uma maneira um tanto diferente da empreendida pelos intelectuais que tinham como base os estudos da História. Essa diferença entre literatos e historiadores – se é que podemos utilizar esses termos em uma época em que as linhas que demarcavam as humanidades eram ainda mais tênues que as de hoje.

Nas obras de Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo ou Casimiro de Abreu, entre inúmeros outros exemplos, aparecem estes engajamentos de valorização da natureza brasileira¹⁹ no momento em que seus versos cantam nossas belezas naturais²⁰.

Flora Süssekind ressalta esses usos do meio natural brasileiro pelos literatos do período. Assim como Paz, ela afirma que a natureza brasileira serve como enfoque para a construção de uma literatura marcadamente nacional. Ela trás os dizeres de Pereira da Silva como exemplo deste momento de valorização dos elementos nacionais:

Nossos vates renegam sua pátria, deixam de cantar as belezas das palmeiras, as deliciosas margens do Amazonas e do Prata, as virgens florestas, as superstições e pensamentos de nossos patrícios, seus usos, costumes, e religião, para saudarem os Deuses do Politéismo Grego²¹.

Süssekind conclui que não é, pois, qualquer lugar que se pode chamar de Brasil, ou qualquer literatura de brasileira. Antes é necessário que isso seja submetido à malha fina da “originalidade”, da “natureza exuberante”, ou dos “costumes peculiares”.

Segundo Süssekind, variam as trilhas da prosa de ficção brasileira – novela histórica, melodramática, de costumes ou de mistério – nas décadas de 30 e 40 do século XIX-, mas repete-se a nota, a meta quase geográfica, de demarcação de um centro, de uma origem, de uma cena primitiva de descoberta da cultura brasileira²².

¹⁷ Idem, p. 236

¹⁸ É preciso ressaltar que pouco me ative ao papel da História nesse período, porque este tema será discutido e aprofundado no capítulo referente ao IHGB, mais à frente.

¹⁹ Os versos da Canção do Exílio – ex. “(...)Nosso céu tem mais estrelas, Nossas várzeas têm mais flores, Nossas flores têm mais vida, Nossa vida mais amores (...)” -, de Gonçalves Dias cabem perfeitamente nesse caso, já que expressam o ufanismo do ideal romântico em relação à natureza brasileira. DIAS, Gonçalves. “Canção do Exílio”. In: DE NICOLA, José e INFANTE, Ulisses. *Análise e interpretação de poesia*. São Paulo: Scipione, 1995.p 63.

²⁰ VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: História Cultural e Polêmicas literárias no Brasil 1870 – 1914*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1991. p. 246

²¹ SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrado, a viagem*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990. p. 24

²² Idem, p. 35

Literatura, História e Geografia – esta última envolvida de maneira bastante pragmática, como veremos à frente – engajaram-se, cada uma à sua maneira, em um movimento que usa esta natureza como ponto de união do Brasil e de diferenciação em relação aos demais, afinal, todo o país era naturalmente exuberante.

No entanto, a natureza não ocupa sozinha o posto de elemento original e singular do Brasil. O homem brasileiro, representado principalmente pelos elementos indígenas e mestiços, também têm lugar central nesse contexto.

No ano de 1840, o IHGB lança um concurso para premiar o trabalho que melhor elaborasse um plano para se escrever a história do Brasil. O vencedor do concurso foi o cientista alemão, ocupado de assuntos brasileiros, Karl Friedrich von Martius.

Em sua monografia²³, Martius confere ao Brasil um papel bastante singular enquanto nação: realizar a idéia da mestiçagem das três raças, lançando os alicerces para a construção do mito da democracia racial²⁴. Dentro deste contexto racial, o Brasil encontrava-se em uma situação *sui generis* no mundo: era palco da miscigenação entre as três raças. Cabia então ao Brasil o papel de aperfeiçoar estas – através do branqueamento de sua população e a civilização do indígena – para o desenvolvimento da nação²⁵.

Estavam então determinados os elementos que definiriam a identidade nacional brasileira: sua natureza e sua gente. Também já se sabia o modelo civilizacional que o Brasil deveria seguir e o modo como ele se destacaria entre essas nações. Restava então levar este projeto adiante, fazê-lo acontecer.

Nesse sentido, o IHGB²⁶ desempenhou um papel fundamental, e a análise das suas publicações, contidas na revista do instituto, só vêm a corroborar as teses de autores como Francisco Paz, José Carlos Reis, Roberto Ventura, Renato Ortiz, Flora Süssekind, entre outros, que vêem na natureza um dos principais símbolos utilizados para a construção da identidade nacional brasileira, símbolo esse capaz de dar orgulho a um povo carente de raízes e laços de união.

A exaltação do mundo natural brasileiro é bastante recorrente nessas publicações²⁷, o clima é posto como benigno e ameno, suas paisagens são descritas como belas e variadas capazes de “sensações despertar e interromper a tediosa monotonia”²⁸. Suas terras são relatadas como muito férteis, e suas matas e rios como generosas em caça e pesca, além disso, há a presença de ricas minas espalhadas pelo território nacional.

Por isso, podemos afirmar que a natureza veio a se tornar um importante ponto de comunhão nacional, já que, todos os brasileiros, independentes da região do país em que se

²³ O título da monografia é “Como se deve escrever a história do Brasil” In RIHGB, T. 6, 1844.

²⁴ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional". In: *Estudos históricos*, n° 1, 1988. p. 17

²⁵ Não me alonguei muito nesse assunto da raça porque ele é central ao desenvolvimento deste estudo monográfico e, por isso, terá um capítulo para ser aprofundado.

²⁶ A origem, funções, estrutura, funcionamento, e demais características desse grêmio carioca serão aprofundadas no capítulo seguinte.

²⁷ No discurso de abertura do IHGB, Januário da Cunha Barbosa dá mostras de que a exaltação da natureza brasileira seria uma das tônicas no processo de criação da identidade nacional brasileira, particularmente no caso do grêmio carioca: “(...) finalmente pelas riquezas de suas minas e mattas, pelos productos de seus campos e serras, pela grandeza de seus rios e bahias, variedades e pompas de seus vegetaes, abundância e preciosidade de seus fructos, pasmosa novidade de seus animaes, e finalmente pela constante benignidade de um clima, que faz tão fecundo os engenhos de nosso patrícios como o solo abençoado que habitam; acharemos sempre um thesouro inexgottavel de honrosa recordação e de interessantes idéias, que se deve manifestar ao mundo em sua verdadeira luz”. Cf. RIHGB, T. 1, 1939. pp. 10-11

²⁸ Idem. p. 61

encontravam, podiam partilhar do mesmo sentimento de orgulho em relação ao meio em que viviam, pois ele era descrito como exuberante em toda sua extensão, não havendo discriminação de acordo com a localidade.

Levar à população o conhecimento dessas belezas naturais que o Brasil oferecia, e que era de causar inveja em outras nações do mundo, dava então ao empreendimento da intelectualidade brasileira da época um objetivo de união nacional, muito importante para assegurar a manutenção do ainda jovem e frágil Estado brasileiro.

No entanto, justamente por ser grandiosa, como traziam os intelectuais brasileiros envolvidos no projeto de construção de uma identidade nacional para o Brasil, a natureza brasileira despertava certo temor nesses homens preocupados com o desenvolvimento do país. Havia a preocupação de que, diante da suntuosidade e poderio da natureza brasileira, o homem acabasse subjugado pelo ambiente no momento em que tentasse dele tirar proveito. Ou seja, esse cenário natural maravilhoso do Brasil, precisava ser domado e submetido ao controle dos homens, para poder assim oferecer vantagens ao desenvolvimento do país²⁹.

Portanto, encontramos no IHGB - principal fonte de pesquisa para esse trabalho - uma visão ambígua em relação à natureza brasileira, apesar de a visão positiva sobrepujar-se em relação à negativa. Isso se mostra na quantidade de artigos que focam nos benefícios que o meio-ambiente brasileiro poderia dar a Brasil, bastante expressiva, enquanto que os que passam essa idéia do perigo que ele pode representar, se mal usufruído, são poucos, mas não deixam de ser relevantes.

Exemplo disso é o artigo que retrata a vida nas regiões auríferas de Minas Gerais, mostrando um estado de total decadência de sua população, marcado pela criminalidade, pela luxúria, entre outros exemplos de corrupção³⁰. Trata-se de um claro exemplo no qual a opulência da natureza – aqui representada pelas minas –, com toda a riqueza que proporcionou, ao invés do progresso, levou a população ao estado oposto.

Segundo Márcia Naxara, no decorrer do século XIX, a natureza foi retratada de diferentes maneiras, ora como elemento de orgulho brasileiro, ocupando um lugar de prestígio no discurso em relação ao Brasil, ora como componente trágico da realidade nacional, na qual a população parece se perder em meio à sua grandiosidade³¹.

A gravura *Caçada em Mata Virgem*, de autoria do viajante holandês João Maurício, retrata bem essa relação natureza grandiosa - homem diminuto da época³²:

²⁹NAXARA, Márcia Regina Capelari. Sobre o Campo e a Cidade - olhar, sensibilidade e imaginário: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX. Campinas: [s.n.], 1999. p. 53

³⁰RIHGB, T. 3, 1841 p. 262

³¹NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Op. Cit.* p. 8

³²RUGENDAS, João Maurício. *Viagem Pitoresca Através do Brasil*. Martins Fontes: São Paulo, 1976.



Caçada em Mata Virgem. RUGENDAS, João Maurício.
Viagem Pitoresca através do Brasil. Martin Fontes. São Paulo, 1976.

A imagem é excelente para retratar o problema, pois, como diz Arruda, apesar de os homens estarem representados de maneira natural e à vontade em meio à natureza, é notável na imagem a desproporção entre eles e o meio, ressaltando assim a insignificância daqueles perante um ambiente natural tão exuberante quanto era o brasileiro³³. Segundo Naxara, toda essa exuberância serviu para alimentar a idéia de temor do desconhecido e de falta de controle – incluí-se aí os índios – do homem sobre a natureza brasileira³⁴.

Arruda trás uma conclusão interessante sobre essa questão. Pois nesse período referente a meados do século XIX, a natureza - mais especificamente, os recursos que ela gerava - por si só não representava algo bom ou ruim para a sociedade, mas era o trabalho realizado sobre ela que levaria ao progresso. Portanto, ciência, trabalho, mais os recursos naturais seriam os elementos necessários para desenvolver o Brasil³⁵.

³³ ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões : entre a história e a memória*. Bauru: EDUSC, 2000. p. 72

³⁴ NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Op. Cit.* p. 53

³⁵ ARRUDA, Gilmar. *Op. Cit.* p. 80

Os dizeres de Arruda ajudam-nos também a concluir essa questão no IHGB, pois observamos que os intelectuais do grêmio também partilhavam dessa noção, na qual as riquezas naturais só são elementos do progresso quando atreladas a ações humanas, no caso o trabalho e a ciência. Por isso, não faltam sugestões para a construção de portos, para a redução do índio, desenvolvimento da agricultura, estabelecimento de rotas fluviais, localização de minas, e etc...

Portanto, observamos aqui a busca desses intelectuais comprometidos com o futuro da nação em utilizar a natureza grandiosa do Brasil de maneira correta, à custa de muito esforço, pois só assim o desenvolvimento viria. Ou seja, era necessário conhecê-la para que ela se tornasse uma importante aliada do progresso no país, tanto civilizacional, quanto econômico.

Bibliografia

- ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões : entre a história e a memória*. Bauru: EDUSC, 2000.
- DIAS, Gonçalves. “Canção do Exílio”. In: DE NICOLA, José e INFANTE, Ulisses. *Análise e interpretação de poesia*. São Paulo: Scipione, 1995.
- FELDMAN, Ariel. “A construção do Estado e da Nação no Brasil: Identidades políticas e imprensa no período regencial (1831-1840)” In *Revista Aulas* N° 2, 2006.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional". In: *Estudos históricos*, nº 1, 1988.
- HOBSBAWM, E. J. *Nações e nacionalismos desde 1870 – programa mito e realidade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *A Balaiada*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- MAGNOLI, Demétrio. “O Estado em busca do seu território” In JANCSÓ, Istvan. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.
- MARCO, Valéria de. *A perda das ilusões: O romance histórico de José de Alencar*. Campinas-Sp: Editora da Unicamp, 1993.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. “Natureza e Civilização: Sensibilidades românticas e representações do Brasil no século XIX” In BRESCIANI, Stelle & NAXARA, Márcia(orgs.). *Memória e (re)Sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas.SP: Editora da Unicamp, 2001.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Sobre o Campo e a Cidade - olhar, sensibilidade e imaginário: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Campinas: [s.n.], 1999.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.
- PAZ, Francisco de Moraes. *Na poética da História: a revitalização da Utopia Nacional Oitocentista*. Curitiba: UFPR, 1996.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

RUGENDAS, João Maurício. *Viagem Pitoresca Através do Brasil*. Martins Fontes: São Paulo, 1976.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrado, a viagem*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1990.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: História Cultural e Polêmicas literárias no Brasil 1870 – 1914*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1991.